

MACHADO DE ASSIS E A ABOLIÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE *MEMORIAL DE AIRES*

Harion Custódio

Graduando em Letras,
com ênfase em
Estudos Literários,
pela Universidade
Federal de Minas
Gerais – UFMG.

Contato:

harioncustodio@
hotmail.com.

Palavras-chaves:

literatura; história;
sociologia; memória;
cultura.

Keywords:

literature; history;
sociology; memory;
culture.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a forma com que o escritor Machado de Assis representou o processo da abolição da escravatura em seu último romance, assim como as relações interétnicas estabelecidas no determinado período. Será analisado também como esses elementos sócio históricos se relacionam com a forma do romance.

ABSTRACT: This article aims to analyze how the writer Machado de Assis depicted the abolition process of slavery in his last novel, as well as the existing inter-ethnic relations in the given period. It also will be analyzed how these historical social elements relate to the form of the novel.

Em *O que é ser contemporâneo* (2009), Agamben define o sujeito contemporâneo como um anacrônico por excelência, pois para que ele possa enxergar as trevas emanadas pelo tempo em que existe é preciso ofuscar as “luzes” e operar um movimento de deslocamento, de distanciamento em relação ao momento histórico em que vive. Nesse sentido, é possível dialogar com o conceito de “perigo”, termo usado por Walter Benjamin em suas “teses sobre o conceito de história” (1994, p. 224). De certo modo, o perigo é sentido quando o sujeito eucrônico (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 19) depara-se com as trevas ameaçadoras de seu tempo, as fraturas de uma modernidade tardia.

Os “perigos” e as “trevas” do tempo no qual estamos inseridos são diversos, assim como a complexidade de suas imbricações sócio históricas. Para buscar resolver o problema a ser proposto no presente artigo e melhor situar o campo de análise, partirei da constatação de que grande parte da população afro-brasileira contemporânea subsiste em situação vulnerável; para ser mais específico, refiro-me à desigualdade e à assimetria socioeconômica que acomete os afrodescendentes no Brasil. Tendo isso previamente estabelecido, deslocarei discursivamente da época na qual estamos inseridos e procurarei eco e sintomas desse complexo problema em um texto do passado, num movimento de reminiscência, para que seja possível, ao menos em parte, remontar o esboço daquilo que veio a configurar o problema em nossos dias atuais, o “agora”, rememorando Benjamin (1994, p. 232). Desse modo, situo a análise estrategicamente em uma obra cujo drama transcorre em um

momento decisivo da formação de nossa sociedade moderna: o romance *Memorial de Aires*, escrito por Machado de Assis, um autor afro-brasileiro¹.

Cabe ressaltar que o anacronismo histórico operado em parte pelo método de análise empregado neste trabalho não se constitui como um erro. De acordo com o argumento de Georges Didi-huberman em *Diante do tempo*, o tempo é marcado por sobre-determinações históricas em que passado e presente se articulam de forma indissociável. Se “diante da imagem estamos diante do tempo” (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 15), como afirma o historiador da arte, é possível dizer que diante do texto literário estamos diante da história. Os textos de Machado de Assis exigem para si, portanto, o estatuto contemporâneo de literatura afro-brasileira (DUARTE, 2007)².

Negro para o tempo, mas mulato para a época, o escritor nasceu em meio a condições subalternas. Seu empenho com as letras e sua maestria na literatura permitiram-lhe alçar posições sociais mais elevadas - movimento de ruptura e superação incomum para a época devido a proveniência do sujeito. Mas estava instaurado no campo da elite colonial e semi-burguesa um corpo negro dissonante. Sua obra não poderia ser diferente. Através de uma “capoeira literária”, e de uma “poética da dissimulação”, para usar os termos de Eduardo de Assis Duarte em seu artigo “A capoeira literária de Machado de Assis” (2009), Machado lançava sua linguagem sarcástica, irônica e corrosiva sobre os sujeitos dominantes da época, assim como do sistema patriarcalista que engendrava a sociedade brasileira oitocentista.

¹ Para entender melhor a caracterização de escritor afro-brasileiro, é recomendável a leitura do artigo “Por um conceito de literatura afro-brasileira”, no qual o pesquisador Eduardo de Assis Duarte analisa categorias necessárias - temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público - para a definição de uma escrita afro-brasileira. Em sua perspectiva, Machado de Assis se enquadra nesse perfil.

² O artigo que explica o conceito de literatura afro-brasileira encontra-se disponível em: <<http://150.164.100.248/lit-er afro/>>. Acesso em: 29set. 2015.

A forma multiperspectivada com que o escritor representou a sociedade brasileira já foi constatada eficientemente por boa parte de sua fortuna crítica. Dentre os estudiosos que realçaram a figura engajada³ - engajamento no sentido não gratuito do termo - de Machado destacam-se John Gledson, Sidney Chalhoub, Magalhães Junior e Eduardo de Assis Duarte.

Gledson, em seu *Machado de Assis, ficção e história* (2003), argumenta a importância da interpretação da tropologia e das alegorias utilizadas pelo autor em seus romances, pois são representações críticas da história do Brasil. O crítico ainda analisa a coincidência do andamento e do tempo inscrito nas narrativas com o ritmo da política imperial. Sidney Chalhoub chama a atenção à crítica das "estruturas de autoridade e exploração vigentes" (2003, p. 17) operada em seus escritos, além de identificar em *Helena* uma "análise pormenorizada [...] de uma política de domínio assentada na inviolabilidade da vontade senhorial e na ideologia da produção de dependentes" (2003, p. 18). Por sua vez, em *Machado de Assis desconhecido* (1971), Magalhães Junior atenta-se para um estudo profundo de sua vida política e pública, demonstrando a preocupação do autor com a abolição da escravatura.

O livro *Machado de Assis afrodescendente* (2007) e o artigo *Memórias Póstumas da escravidão* (2009), escritos pelo pesquisador Eduardo de Assis Duarte, foram de grande importância – juntamente com o trabalho de Gledson – para a constituição de uma visão crítica acerca do projeto poético do romancista. Em *Machado de Assis afrodescendente*, o referido pesquisador realiza uma releitura de toda a obra machadiana "com vistas à pesquisa das manifestações de afro descendência, expressas, sobretudo, nos posicionamentos textuais a respeito da escravidão e das relações inter-raciais existentes no Brasil do século XIX" (2007, p. 7). À luz do vasto estudo realizado por ele, consolida-se a imagem de um escritor cujo ponto de vista identifica-se com o do subalterno.

Baseado nos teóricos supracitados, os rumos de minha investigação machadiana – motivado pela iminência do perigo benjaminiano – irão, desse modo, percorrer as marcas do princípio constitutivo fundado na recuperação crítica do escravismo (DUARTE, 2010), de modo que se possa analisar a forma com que o bruxo do cosme velho representou, em *Memorial de Aires*, o processo da abolição, assim como as relações interétnicas e as transformações decorrentes desse acontecimento.

Antes de adentrar na análise de fato, cabe ainda mais um esclarecimento de ordem epistemológica: diante dessa motivação, por que não se dedicar apenas a um estudo pormenorizado de obras

sociológicas e históricas acerca da sociedade brasileira? Utilizo como sustentáculo o estudioso Hayden White para responder: o ficcionista e o historiador aproximam-se no modo de construção de suas narrativas. Destaco um trecho relevante de seu artigo intitulado *O texto histórico como artefato literário* (2001), em que afirma: "as narrativas históricas [...] são: ficções verbais cujos conteúdos são tão inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes na ciência". (WHITE, 2001, p. 98, grifo do autor). Ainda segundo o autor, "uma narrativa histórica é não só uma reprodução dos acontecimentos nela relatados, como também um complexo de símbolos que nos fornece direções para encontrar um ícone da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária". (WHITE, 2001, p. 108, grifo do autor).

Na presente abordagem de análise será, outrossim, articulado forma, conteúdo e história, levando em conta que são elementos literários indissociáveis, como aponta Antônio Candido em seu texto "Crítica e sociologia" (1975). Não será feita, portanto, uma simples leitura sociológica ou somente histórica do texto, mas sim uma leitura que busque apreender como os aspectos sociais e históricos se manifestam na estrutura estético-discursiva do texto.

Se não nos atentarmos a uma leitura que associe história e forma e que transcenda a mera aparência, a experiência literária não se efetuará em um plano expressivo e significativo, já que a trama apresentada pelo narrador toma a falsa aparência de um enredo conciliador e harmônico. Trata-se de uma narrativa construída em forma de diário por um sexagenário diplomata aposentado chamado Aires. As anotações, circunscritas entre os anos de 1888 e 1889, ora são de cunho doméstico e intimista, ora são compostas por observações acerca de fatos e personagens que atraem a sua atenção. Dentre estes, os que compõem o núcleo do enredo são a misteriosa e carismática viúva Fidélia, filha e herdeira de um abastado latifundiário e senhor de escravos, o casal Aguiar, dois idosos que, na impossibilidade de gerarem filhos, transferem o afeto para a referida Fidélia e para o aspirante a político chamado Tristão.

O primeiro fato que chama atenção para a importância da abolição na constituição do romance é a data em que o enredo escrito pelo narrador ex-diplomata se inicia. O próprio editor ficcional do *Memorial*, responsável pelo recorte do diário, aponta para a importância da unidade dos acontecimentos circunscritos no período das ações do livro, como aponta o seguinte trecho: "Tratando-se agora de redigir o *Memorial*, achou-se que a parte relativa a uns dois anos

3 Diferentemente do que muitos críticos argumentaram, como Augusto Meyer e Lúcia Miguel-Pereira, ao dizer que Machado de Assis foi omissivo em relação ao problema da escravidão e, por consequência, do negro, o nosso Bruxo do Cosme Velho, conforme nos mostra Magalhães Júnior em seu *Machado de Assis desconhecido* (1971), realizou diversos trabalhos em prol da causa da libertação do negro, seja assumindo uma postura mais crítica contra a escravidão em sua série de crônicas intituladas *Bons dias!*, seja como burocrata do "Ministério da Agricultura" (MAGALHÃES, 1971, p. 162). Mas vale ressaltar que Machado de Assis executava sua crítica ao status quo de forma dissimulada, por meio de um engajamento político-literário implícito. Sobre isso Magalhães Júnior nos diz: "Machado de Assis não era homem para banalizar-se em tiradas de oratórias populares, ou em assomo de panfletário. Tinha sua maneira pessoal e única de dizer as coisas. E as dizia". (1971, p. 135).

(1888 – 1889), se for decotada de algumas circunstâncias, anedotas, descrições e reflexões – pode dar uma narração seguida, que talvez interesse apesar da forma de diário que tem”. (ASSIS, 2003, p.13).

Período de profundas transformações na sociedade brasileira, a abolição, além de representar o fim da mão de obra escrava nominalmente, marca o momento de passagem de uma estrutura política e social à outra, baseada em um modo de produção capitalista moderno e internacionalista. As primeiras anotações que abrem os relatos de Aires simbolizam, de certo modo, a consolidação progressiva desse processo: em 9 de janeiro de 1888 o sexagenário estava a beber café quando o pregão de um vendedor ambulante desencadeia-lhe lembranças acerca da data em que desembarcou definitivamente em território pátrio. “Vai vassouras! Vai espanadores!” (ASSIS, 2003, p.15) grita o vendedor ambulante. Segundo o diplomata, era o mesmo grito que ouviu no dia de seu retorno em terras nacionais, em 1887. Sobre esse trecho, John Gledson afirma que o anúncio do vendedor pode ser facilmente entendido como “Vendem-se Vassouras” – a mais importante cidade da área de Paraíba do Sul – já que era inevitável que a abolição traria o dismantelo às fazendas. Se levamos essa constatação em conta, Aires indica em seu diário que esse processo já estava em estágio de formação, ao fazer ecoar os gritos do vendedor no passado.

Do mesmo modo, a cena no cemitério, que também introduz o romance, é significativa. Os detalhes anotados por Aires em 10 de janeiro de 1888 nos dá a impressão de um estágio final, uma espécie de interrupção temporal: “tudo ali estava parado. Os gestos das figuras, anjos e outras, eram diversos, mas imóveis” (ASSIS, 2003, p.16). Mas eis que o olhar observador do narrador capta um corpo digno de curiosidade: Fidélia, personagem enigmático e inescrutável, herdeira única da propriedade ostensiva do Barão de Santa Pia. Na passagem do encontro, Aires afirma que ela “parecia” (ASSIS, 2003, p.16) estar rezando frente ao túmulo de seu falecido marido, “com as mãos cruzadas e pendentes” (ASSIS, 2003, p.16). Após um momento de distração do observador, “a viúva descruzava as mãos, e fazia gesto de ir embora. Primeiramente espriou os olhos, como a ver se estava só. Talvez quisesse beijar a sepultura, o próprio nome do marido”. (ASSIS, 2003, p. 16-17).

Essa cena inicial do romance nos oferece elementos de significativa importância para estabelecer uma linha interpretativa crítica da obra. Primeiro, o tom e a seleção lexical de Aires, que nos diz tanto sobre si como dos outros personagens. Refiro-me aos termos “parecia” e “talvez” empregados na descrição da abastada viúva, e frequentemente manipulados ao

longo do texto. Ao mesmo tempo em que lastreiam a obra de incerteza e imprecisão, demonstram a maneira com que o ex-diplomata transfere os vícios de seu antigo ofício político aos seus semelhantes de classe, numa postura atenuadora, pois

“o papel social de diplomata é a máscara consciente que o narrador de Memorial de Aires veste para encobrir as negativas do dia-a-dia Brasil e suas próprias. Nesse sentido, deve-se pensar no exercício do papel social como algo a ser considerado na perspectiva narrativa do romance, já que o conhecimento de como este elemento social se opera, permite o desmascaramento do narrador e das personagens apresentadas.” (PEREIRA, 2007, p. 84).

Por outro lado, tal emprego lexical impreciso, assim como a impossibilidade de abstrair uma verdade objetiva e conclusiva, devido ao estatuto infiel e unilateral do narrador observador e atenuador, indica aspectos dissimulatórios e capciosos na personagem da viúva Fidélia, que será, no desenvolver do texto, alvo de curiosidade e investigação por parte do diarista diplomata.

Dissimulação e tendenciosidade são termos aplicáveis a todos os personagens da narrativa. Os atores centrais, em especial os filhos postíços do casal Aguiar, Fidélia e Tristão, parecem esconder algum interesse por trás de seus atos altruístas. Desconfiar de cada operação benevolente é de fundamental importância por parte do leitor para que ele possa desvelar um enredo que se constrói em um plano oculto, não evidente⁴. Aliás, até mesmo o ponto de vista e o estatuto do narrador devem ser ponderados e questionados, pois é sabido que a narrativa em primeira pessoa, com sua carga ideológica e pessoal, pode não corresponder ao factual. E o problema da infidelidade narrativa aumenta quando é possível encontrar em Aires traços comportamentais similares ao de Brás Cubas e Bento Santiago, narradores, respectivamente de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*.

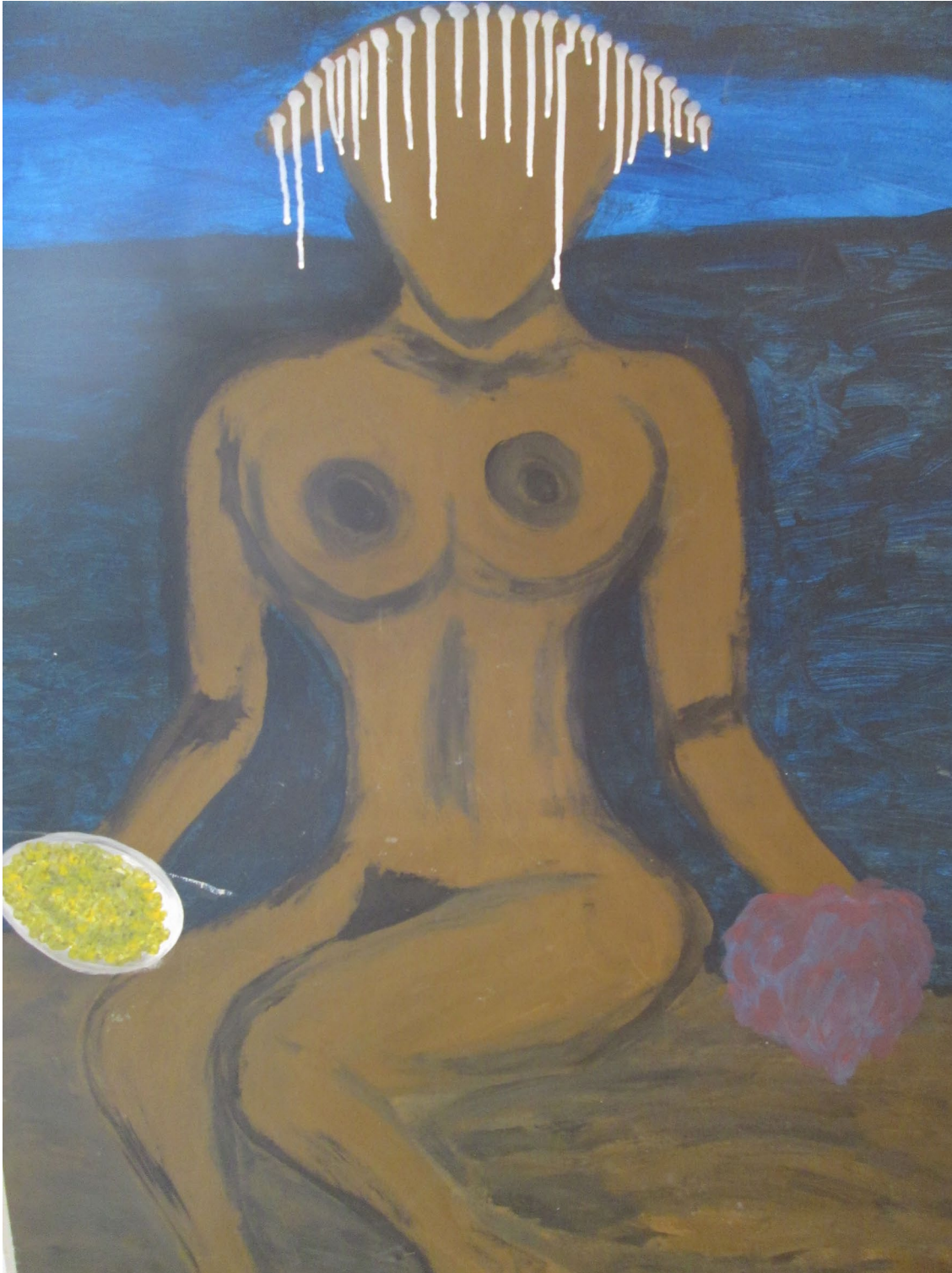
Retornemos para a cena do cemitério. Sendo possível estabelecer um nexos entre um cenário infértil (a morte do barão de Santa Pia, a infertilidade do casal Aguiar, a velhice mórbida que às vezes acomete o narrador) e o fim de uma política rural assentada na exploração de mão de obra escrava, não seria a presença dissimulada de Fidélia e Tristão⁵ um ponto contraditório nessa analogia, levando em conta que ambos são representantes daqueles que continuam o novo e moderno regime? Hipoteticamente sim, se tivermos em mente um modelo de transição ideal e utópico, mas na história do Brasil e no universo

4 John Gledson em Machado de Assis, ficção e história (2003), faz grande apelo ao leitor para que ele desconfie dos atos de todos os personagens, sobretudo o próprio narrador. O pesquisador chega a um nível radical, ao meu ver, afirmando que possivelmente Tristão e Fidélia, antes de se unirem oficialmente no Brasil com a volta do jovem político, já se conheciam clandestinamente em Portugal e que, talvez, a morte do ex-marido da viúva tivesse sido premeditada por Tristão; daí se explicaria a analogia com a lenda de Tristão e Isolda.

5 Para exemplificar a volubidade de Tristão, há o seguinte trecho dito pela senhora Aguiar: “Tristão é capaz da intenção e do disfarce”. (ASSIS, 2003, p. 139).

ficcional do *Memorial*, tal característica é inerente à formação de nossa sociedade republicana. Uma reflexão histórica possível de ser abstraída da narrativa é

a constatação de um certo tipo de continuidade que permeia as relações interpessoais e interclassistas, herdadas de uma tradição colonialista, patriarcal e



Adriana Santana

escravocrata, e que resistem às transformações políticas e econômicas:

"Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda pedi-

ram que não, que não a vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. Eis aí o que é ser formosa e ter o dom de cativar. Desse outro cativo não há cartas nem lei que libertem; são vínculos perpétuos e divinos. Tinha graça

vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para quê, e como sustenta-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria com os empregar logo. Prometeu-lhes, sim, não os esquecer, e, caso não torne à roça, recomendá-los ao novo dono da propriedade.” (ASSIS, 2003, p. 69).

Pelo ponto de vista paradoxalmente irônico e atenuador do velho diplomata, percebe-se o funcionamento de uma relação entre senhor e subalterno baseada na “cordialidade” (HOLANDA, 1995). O discurso afetivo da proprietária mascara uma realidade baseada na assimetria e no conflito. A promessa da viúva nada mais é do que um discurso desprovido de fundamentação no real, uma fala vazia que simboliza apenas hipocrisia e uma mentalidade arraigada em formas de funcionamento arcaicas. Além disso, o trecho anteriormente citado evidencia algo próximo do que viria a constituir o pensamento e a crença no mito da democracia racial, a forja de uma “consciência falsa da realidade social brasileira” (FERNANDES, 2008, p. 311).

É certo que, apesar disso, a ação de Fidélia, do dia quinze de abril de 1889, em doar sua extensa fazenda herdada de seu pai aos ex-escravos, após a promulgação da abolição e a morte do Barão, configura-se como uma verdadeira ação altruísta e até mesmo progressista para a sua época. Eis o trecho reproduzido:

“Já se não vende Santa-Pia, não por falta de compradores, ao contrário; em cinco dias apareceram logo dois, que conhecem a fazenda, e só o primeiro recusou o preço. Não se vende; é o que me disseram hoje de manhã. Concluí que o casal Tristão iria lá passar o resto dos seus dias. Podia ser, mas é ainda mais inesperado.

O que ouvi depois é que Tristão, sabendo da resolução da viúva, formulou um plano e foi comunicar-lho. Não o fez nos próprios termos claros e diretos, mas por insinuação. Uma vez que os libertos conservam a enxada por amor da sinhá-moça, que impedia que ela pegasse da fazenda e a desse aos seus cativos antigos? Eles que a trabalhem para si. Não foi bem assim que lhe falou; pôs-lhe uma nota voluntariamente seca, em maneira que lhe apagasse a cor generosa da lembrança. Assim o interpretou a própria Fidélia, que o referiu a D. Carmo, que mo contou, acrescentando:

— Tristão é capaz da intenção e do disfarce, mas eu também acho possível que o principal motivo fosse arredar qualquer suspeita de interesse no casamento. Seja o que for, parece que assim se fará.

— E andam críticos a contender sobre romantismos e naturalismos!

Parece que D. Carmo não me achou graça à exclamação, e eu mesmo não lhe acho graça nem sentido. Aplaudí a mudança do plano, e aliás o novo me parece bem. Se eles não têm de ir viver na roça, e não precisam do valor da fazenda, melhor é dá-la aos libertos. Poderão estes fazer a obra comum e corresponder à boa vontade da sinhá-moça? É outra questão, mas não se me dá de a ver ou não resolvida; há muita outra coisa neste mundo mais interessante. (ASSIS, 2003, p. 139).”

O ato da viúva pode ser considerado a primeira cena de reforma agrária da história da literatura brasileira. Mas é cabível algumas considerações a respeito da situação: Tristão, para anular a desconfiança dos outros personagens sobre o interesse por trás de seu casamento com Fidélia, poderia ter proposto a ideia da doação para a esposa, como apontou Dona Carmo no trecho citado. O plano ocorreria sem grandes prejuízos, pois, além do capital de herança da viúva exceder a propriedade latifundiária, o solo de fazendas cafeicultoras torna-se infértil devido ao uso frequente e desgastante do solo. Entretanto, esses são motivos insuficientes para desfazer a imagem benevolente de Fidélia, e até mesmo a nota voluntariamente seca empregada pela herdeira ao transmitir a informação para dona Carmo não conspurca a sua atitude, pois, se analisarmos a estrutura legal da época, não houve algum projeto de lei que visasse a inclusão dos ex-escravos na sociedade republicana.

O que vale abstrair é a forma com que o narrador e os personagens envolvidos na situação referem-se aos negros recém “emancipados”. Para a elite oitocentista pós-abolição, ainda é imperante uma ótica de visão colonial. A imagem do negro servil e infantilizado, aquele ser desprovido de humanidade que possui em sua essência o amor ao trabalho e a submissão, é cristalizada na visão de mundo moderna. Não é difícil perceber, a partir desse perfil de pensamento, uma similaridade ou um gérmen daquilo que veio a ser o pensamento cientificista do século XX. E tal atitude demonstra a negligência por parte das classes dominantes em relação aos recém libertos.

O suposto oportunismo de Fidélia e Tristão é semelhante, em partes, ao ato do Barão Santa Pia, que, diante da possibilidade da abolição, liberta seus cativos numa tentativa de reação ao governo e manutenção de sua suposta vontade senhorial inviolável, como pode ser verificado no trecho seguinte:

“O motivo da vinda do barão é consultar o desembargador sobre a alforria coletiva e imediata dos escravos de Santa-Pia. Acabo de

sabê-lo, e mais isto, que a principal razão da consulta é apenas a redação do ato. Não parecendo ao irmão que este seja acertado, perguntou-lhe o que é que o impelia a isso, uma vez que condenava a idéia atribuída ao governo de decretar a abolição, e obteve esta resposta, não sei se sutil, se profunda, se ambas as coisas ou nada:

— Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso.

Será a certeza da abolição que impele Santa-Pia a praticar esse ato, anterior de algumas semanas ou meses ao outro?

[...]

Retendo o papel, Santa-Pia disse:

— Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, — pelo gosto de morrer onde nasceram. (ASSIS, 2003, p. 39-40)."

O tom das duas motivações é claramente diferente. Um mais violento e autoritário, outro mais beneplácito e cordial. A semelhança está justamente na representação do negro. Ambos apresentam a tese do bom servo, naturalizando e amenizando, desse modo, a escravidão. Além disso, os dois trechos são reveladores ao apontar o lugar pouco diferente que o ex-escravo passará a ocupar na república recém-formada. Muitas vezes, vivendo sob a influência do mesmo sistema e das mesmas leis, em forma de trabalhador assalariado, ganhando pouco ou nada, abandonados em terreno infértil. O narrador Aires e a personagem Fidélia, cúmplices, sabem disso. Ressalto mais um trecho anterior à doação da viúva:

"Fidélia chega da Paraíba do Sul no dia 15 ou 16. Parece que os libertos vão ficar tristes; sabendo que ela transfere a fazenda pediram-lhe que não, que a não vendesse, ou que os trouxesse a todos consigo. Eis aí o que é ser formosa e ter o dom de cativar. Desse outro cativo não há cartas nem leis que libertem; são vínculos perpétuos e divinos. Tinha graça vê-la chegar à Corte com os libertos atrás de si, e para quê, e como sustentá-los? Custou-lhe muito fazer entender aos pobres sujeitos que eles precisam trabalhar, e aqui não teria onde

os empregar logo. Prometeu-lhes, sim, não os esquecer, e, caso não torne à roça, recomendá-los ao novo dono da propriedade. (ASSIS, 2003, p. 251)."

A abolição do escravismo representou, indubitavelmente, um relativo avanço na emancipação dos negros. Entretanto, a nova ordem social – a República – que veio a ser estabelecida junto a essa redentora transformação, não integrou o ex-escravo à sua estrutura baseada no capital moderno, como analisou amplamente o sociólogo Florestan Fernandes na série de livros *A integração do negro na sociedade de classes*. Nesse primeiro momento, os recém-libertos foram legados à própria sorte e continuaram, por longo tempo, vivendo em condições precárias e sub-humanas – a eles foi negado o acesso à cidadania e aos bens comuns.

O nosso passado colonial e pós-escravista é marcado por uma série de abandonos e traições por parte dos representantes e das classes sociais detentoras de poder. A imagem melancólica e incerta que encerra o diário de Aires, o casal Aguiar a se encarar em busca de consolo devido ao súbito abandono dos filhos de consideração, adequa-se, de certo modo, ao momento histórico representado no romance, podendo ser vista como uma imagem que projeta o tempo, uma alegoria da transição política brasileira. Apesar da conquista, o lastro de um passado assentado na exploração faria com que o progresso democrático e humano fosse uma imagem distante e incerta, pertencente, de certo modo, à ordem do devir.

O *Memorial de Aires*, portanto, funciona à maneira de um lugar de memória. Por meio de sua leitura podemos pensar nas insuficiências do nosso projeto de República e no histórico de violência imposto à população negra. É um texto que nos permite romper com uma noção de tempo "vazio e homogêneo" (BENJAMIN, 1994), fazendo, assim, dessa obra derradeira um romance ético que exige a reflexão do leitor. Machado de Assis fez de sua última obra ficcional um espaço de resistência da memória dos negros brasileiros. Por meio dessa construção temporal que nos evoca a ler e pensar o passado, o antigo escritor reafirma sua atemporalidade e define seu lugar de fala identificado ao subalterno e posto em um complexo território de alteridade.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Machado de. (2003), *Memorial de Aires*. São Paulo, Martin Claret Ltda.
- AGAMBEN, Giorgio. (2009), *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC, Argos.
- BENJAMIN, Walter. (1994), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo, Brasiliense.
- CANDIDO, Antônio. (1975), *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Editora Nacional.
- CHALHOUB, Sidney. (2003), *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. (2015), *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte,

Editora UFMG.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Por um conceito de literatura afro-brasileira*. Disponível em: < <http://150.164.100.248/literafro/>>. Acessado em 29/09 de 2015.

DUARTE, Eduardo de Assis. (2007), *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo* (antologia). Rio de Janeiro, Pallas; Belo Horizonte: Crisálida.

DUARTE, Eduardo de Assis. (2010), "Memórias póstumas da escravidão". In: BERNARDO, Gustavo; MICHAEL, Joachim; SCHÄFFAUER, Markus, (orgs.). *Machado de Assis e a escravidão*. São Paulo, Annablume.

FERNANDES, Florestan. (2008), *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Globo.

GLEDSOON, John. (2003), *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo, Paz e Terra.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995), *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

JÚNIOR, Magalhães. (1971), *Machado de Assis desconhecido*. São Paulo, Livros Irradiantes.

PEREIRA, Cilene Margarete. (2007), *A assunção do papel social em Machado de Assis: uma leitura do memorial de Aires*. São Paulo, Annablume.

WHITE, Hayden. (2001), *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2ª edição, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

Recebido em: 05 de outubro de 2015

Aprovado em: 19 de setembro de 2016